

MENSAGEM

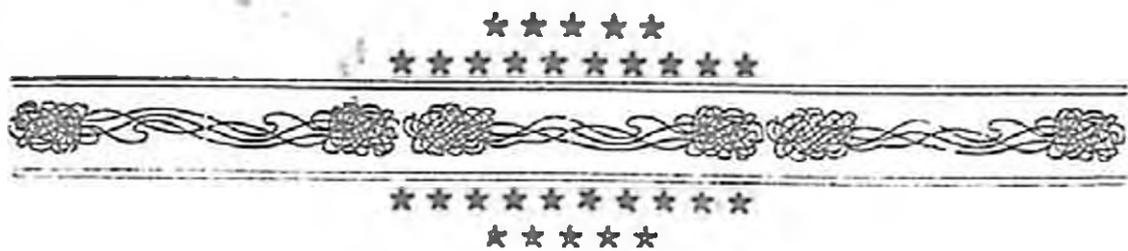
Apresentada pelo presidente Nestor Gomes ao
Congresso Legislativo do Estado do Espi-
rito Santo, em 7 de Setembro de 1922.



VICTORIA

OFFICINAS DA IMPRENSA ESTADUAL

1922



Srs. Membros do Congresso Legislativo :

Obedecendo ao preceito constitucional, venho historiar-vos o que me cumpre, em relação ao anno decorrido, aproveitando o ensejo para lembranças ou referencias que se me afiguram de oportunidade.

Antes, porém, seja-me permittido congratular-me comvosco pela grande data que hoje commemoramos, data que relembra o advento da nossa emancipação, que integraliza ou completa o centenario da nossa organização, como nacionalidade independente, e que se distingue, ainda, pela reunião do Poder Legislativo do Estado em Assembléa Constituinte.

Os nossos periodos de vida colonial e de nação organizada, formando um todo de quatrocentos annos, poderiam, é certo, ter sido sufficientes para marchas ainda mais avançadas, para súrtos ainda mais largos, para conquistas ainda maiores e para realizações ainda mais volumosas.

O que consta, porém, do nosso activo material e moral, é já um acervo grande e que bem justifica os titulos com que o Brasil figura no concerto das nações, titulos que nos desvanecem e nos orgulham e que nos devem servir de estímulo para uma evolução constante, sob todos os aspectos.

A politica do Estado

Permanece tranquilla, e com symptomas cada vez mais accentuados de aperfeiçoamento, a nossa politica interna.

Si num ou noutro Municipio ainda registramos competições pessoaes sobrepostas ás conveniencias da communhão, em quasi todos elles verificamos que preponderam a elevação, a cordialidade, o trabalho e o empenho de acertar, havendo de resultar, dahi, fatalmente, o progresso de todas as nossas circumscripções municipaes.

Pena é que algumas dellas não tenham elementos para viver e que as suas arrecadações quasi que desapareçam ou se exgottem com os vencimentos do seu funcionalismo, o que quer dizer arrecadações cobradas ao povo em pura perda.

A Politica Geral

Felizmente já se encontram amortecidas as paixões que a campanha presidencial acendeu.

Vimos, com tristeza, que as divergencias partidarias cederam logar ás ambições, aos odios, aos ataques pessoaes e ás calumnias, invadindo e atirando-se, por fim, contra os principios da legalidade e pretendendo que um tufão de desordem e um manto de anarchia viessem servir de padrão da vida de um povo, exactamente no momento em que nos preparavamos para festejar o centenario da nossa independencia.

Suplantando e contrapondo-se áquella tristeza, tivemos, felizmente, a alegria de ver que a paixão e os acenos não cegaram o Exercito Nacional nem a Marinha Brasileira, que nos servem de orgulho, e que essas duas grandes instituições, incumbidas de defender, lá fóra, os nossos brios e os nossos direitos e de zelar, aqui dentro, pela estabilidade dos nossos governos, conduziram-se de maneira a representar, a um só tempo, a sua dupla missão: zelaram, dentro das nossas fronteiras, pela estabilidade do governo constituído e defenderam, fóra dellas, o elevado conceito em que nos firmamos, perante as grandes e pequenas nações do mundo civilizado.

O Governo da Republica, na pessoa do nosso extraordinario patricio, Exmo. Sr. Dr. Epitacio Pessoa, que tão grande prova deu de seu patriotismo e de sua noção do dever, bem merece os applausos e a gratidão que a nação inteira já lhe tributou e que nós, agora,

devemos repetir com effusão de alma e de
cbração.

* * *

Distinguidos com as melhores relações do
Governo Federal, temos agora a registrar al-
guns factos, provando que a sua boa vontade
se estendeu ao terreno dos beneficios mate-
riaes de que careciâmos : a construcção do
edificio da Alfandega já vae bem adeantada,
embora o seu tamanho e o seu aspecto não
sejam bem o que a nossa Capital merece e o
que nosso movimento reclama ; a aquisição
de edificios apropriados para a installação con-
veniente dos Correios e Telegraphos está sendo
tambem providenciada ; a Estação Experimental
de Cacáo, no baixo rio Doce, já foi creada,
estando os seus edificios em construcção ; de-
vemos esperar para breves dias a creação de
uma Estação de Monta, em São Matheus ; os
materiaes da Estação Semaphorica de Paul
foram postos á nossa disposição, gratuitamente,
para o restabelecimento desse utilissimo ser-
viço por conta do Estado, dado o embarço
do Telegrapho Nacional em tel-o a seu cargo ;
o grande quartel da força federal está quasi
concluido ; seis mil e quatrocentas toneladas
de trilhos nos foram cedidas pelo Ministerio
da Viação em condições especialissimas ; de-
vemos esperar, para muito breve, uma estrada
de automoveis entre a estação de «João Neiva»
ou «Cavallinho» e a margem do rio Doce, em

frente a Linhares, serviço esse a ser auxiliado pelo Estado, e cuja realização ficaremos devendo, em grande parte, á boa vontade e ao grande empenho do Dr. José Rosendo, Director da Estação Experimental de Cacáo, que tal estrada vae pôr em ligação com a Estrada de Ferro Diamantina

Ainda devo accrescentar as francas sympathias com que o Poder Legislativo Federal recebeu o projecto da bancada espirito-santense, envolvendo diversas providencias que, uma vez realisadas, hão de ter grande repercursão na nossa vida.

As obras publicas

Proseguem em bôa marcha as construcções de diversas estradas de rodagem, umas já em andamento, por occasião da mensagem anterior, outras iniciadas posteriormente e todas formando uma extensão de cerca de setecentos kilometros. que devemos ter, no anno entrante, concluidos e entregues ao serviço da producção e do povoamento das zonas a que se destinam.

Além dessas, reputo necessarias algumas outras que a verba do orçamento actual já não comporta, mas que serão objecto de contracto dentro da verba do orçamento vindouro.

Bem comprehendendo que a abertura de vias de transporte representa um dos maiores beneficios que os Governos podem prestar ás

regiões centraes, tenho feito das estradas carroçaveis uma das minhas maiores preocupações, e sentir-me-ei feliz si, a 23 de Maio de 1924—termino da administração actual—, puder, como tanto desejo, alcançar a bôa cifra de mil kilometros, como extensão de estradas realisadas no quatriennio vigente.

A estrada de S. Matheus, iniciada para o trafego provisorio de automoveis, foi transformada, tres mezes depois, em estrada de ferro, dada a compra, que tive a fortuna de realizar, de excellente e copioso material fixo, rodante e outros, que me permittiram essa transformação—ou sejam : trilhos para cincoenta kilometros de linha, seis locomotivas, cincoenta wagons, seis pontes metallicas, cerca de mil canos para boeiros, material de almozarifado, diversas caldeiras, escavadores, compressores, bombas e diversos outros materiaes de grande valia, tudo adquirido de uma empreza estrangeira que se installara no Municipio de Queluz—Minas Geraes—para explorar a exportação de manganez e que tivera o seu negocio paralysado, com a queda do preço desse mineral, logo após a terminação da guerra européa.

Com o pagamento do preço da aquisição e das despezas de transporte desse material, até a cidade de São Matheus, onde tudo já se encontra, despendeu o Governo a somma de mil e cem contos de réis.

No primeiro trecho de 25 kilometros de leito que já preparamos, deveremos começar o serviço de assentamento de trilhos ainda neste mez, tudo nos fazendo acreditar que, no primeiro semestre de 1923, tenhamos em trafego cincoenta kilometros dessa estrada, cuja importancia só poderão avaliar bem os que fizerem um exame visual, como eu fiz, do thesouro immenso que dorme na região privilegiada do braço sul do rio S. Matheus, a que ella se destina.

A construcção da estrada de ferro Itapemirim, depois de uma pequena paralysação a que fomos forçados, por necessidade da mudança de seu regimen, prosegue agora activamente, devendo estar concluida antes do fim do corrente anno.

Terminada essa estrada e melhorado o porto de Itapemirim, como do projecto em curso no Congresso Federal, teremos a cidade de Cachoeiro de Itapemirim transformada em entreposto commercial de quasi todas as regiões do sul, a que estiver ligada.

Quando, por contracto de 1921, permitti que os Srs. Trajano de Medeiros & C. extrahissem madeiras no valle do Itaúnas, estabeleci a obrigação da construcção de um trecho de linha ferrea que descesse pelo valle do Barreado, affluente daquelle rio, em prolongamento do trecho que a mesma firma já possuia, entre a estação Presidente Bueno e

as proximidades das cabeceiras do Barreado, para o serviço da grande Serraria que ahi montara, tendo logo reservado, para o Estado, o direito de encampação de toda a extensão de linha ferrea que ahi existisse ou viesse a existir, em qualquer tempo que julgássemos opportuno, dada a circumstancia de poder esse mesmo trecho de linha coincidir com o final da estrada de ferro Itaúnas, cuja construcção, conforme ficou previsto no dito contracto, o Governo deveria mais tarde emprehender, tal a importancia inestimavel della, quer como propulsora do desenvolvimento das regiões nossas que atravessasse, quer ainda como conductora, para o porto de São Matheus, da grande vida agricola e commercial das opulentas regiões do norte de Minas Geraes, umas já servidas e outras a serem attingidas pela Estrada de Ferro Bahia e Minas, a que aquella outra teria de ligar-se.

Por occasião da viagem que fiz a essas zonas, tive ensejo de avaliar, com os meus proprios olhos, os extraordinarios e quasi que incomparaveis elementos que essa estrada poderia reunir, despertando uns, canalizando outros e concorrendo, poderosamente, para o crescimento continuo de todos.

Alcançada a fortuna da aquisição das seis mil e quatrocentas toneladas de trilhos a que já me referi e que se encontram, exactamente, ao longo da Estrada de Ferro Bahia e

Minas, comprehendi ser da maior oportunidade o uso immediato daquelle direito de encampação que ficara reservado para o Estado.

Pondo-me em contacto com a firma Trajano de Medeiros & C., cujo chefe me captivou com a sua delicadeza, fidalguia e correção, levei a termo a encampação de cerca de onze kilometros de linha prompta para ser trafegada, comprehendendo uma ponte provisoria sobre o Mucury, cerca de tres kilometros de leito prompto para receber trilhos e com dormentes e trilhos ao lado, diversos troleys e materiaes de construcção, quatorze kilometros de trilhos já pagos e a receber da Estrada de Ferro Bahia e Minas, e dois edificios a serem construidos por elles vendedores, no prazo de seis mezes, ambos em condições apropriadas para as duas primeiras estações, que serão denominadas «Trajano» e «Cajuby», tudo pelo preço de duzentos e oitenta e oito contos de réis, conforme escriptura lavrada pelo tabellião Eduardo Carneiro de Mendonça, do Rio de Janeiro.

O trecho de linha, assim encampado, vale pelo que, por si mesmo, representa, vale tambem como trecho final da Estrada de Ferro Itaúnas e vale, ainda, como via de conducção das seis mil e quatrocentas toneladas de trilhos compradas ao Governo Federal, para irem sendo estendidos de cima para baixo, com a economia de mais de trezentos contos que teria-

mos de despender com o transporte desses trilhos, do centro da Estrada de Ferro Bahia e Minas para o porto de Caravellas e dali para o porto de São Matheus.

No correr do mez de Outubro receberemos a estrada encampada e proseguiremos na sua construcção, de cima para baixo, devendo em Janeiro proximo ser iniciado, da Barra de São Matheus para cima, o serviço de preparação do leito, de modo a abreviarmos o mais possivel a conclusão dessa grande via de transporte interestadoal.

Si puder ser levada a bom termo uma negociação que deixei iniciada no Rio de Janeiro, sobre a aquisição de certa extensão de trilhos, duas locomotivas e quinze wagons que ali encontrei, cuidaremos da construcção de uma quarta estrada de ferro do Estado, essa destinada a ligar o porto de Anchieta á séde do Municipio de Alfredo Chaves, em beneficio das populações daquelles dois Municipios, que tudo merecem, e destinada, tambem, a uma grande necessidade, como é a do alargamento da zona de fornecimento de canna para a Usina Jabaquara, o que igualmente coincide com os interesses dos dois Municipios.

Além dessas estradas de ferro e daquellas estradas de rodagem que, com sobra de razões, constituem a preocupação maior do Governo, temos attendido a diversos outros serviços, como sejam : a abertura do canal, já

inaugurado, que liga o baixo Itaúnas ao porto da Barra de São Matheus, a abertura de uma estrada para o transito de tropas entre as cabeceiras do Barreado e o médio Itaunas, na extensão de cerca de setenta kilometros, a construcção de um edificio para a installação da Companhia de Bombeiros, a recomposição quasi integral do Parque Moscoso, diversas reparações em proprios estadoaes e varios outros serviços que estão enumerados no relatorio do Secretario da Agricultura.

Em consequencia da longa excursão que tive de emprehender e, como razão maior, por conveniencia do bom andamento das muitas estradas em construcção, no interior, posto que todas ellas sejam de necessidade mais immediata, retardei e adici para janeiro proximo, as diversas obras de remodelação da nossa Capital, consubstanciadas no contracto celebrado entre o Estado e a Municipalidade.

Aquellas dessas obras que constituem objecto de uma exploração commercial, como o mercado, o hotel, as casas de aluguel, e as villas operarias, espero que sejam em breve iniciadas, por intermedio de uma entidade apropriada, cuja organisação está sendo discutida no momento, nos termos da autorisação legislativa do anno passado.

Como circumstancia que tambem justificaria o retardamento das obras de remodelação e de embellezamento da Capital, ainda pode-

riamos citar o estado de paralyzação das obras do porto, intimamente ligadas áquellas e dellas sendo, ao mesmo tempo, complemento e base.

Tanto quanto devemos confiar ou esperar da razão dos homens, podemos acreditar, para breve, num bom resultado das negociações entabuladas entre a Leopoldina Railway e a União e entre esta e o Estado, no sentido de, por duas operações successivas, passarem as obras do porto de Victoria ás nossas mãos, afim de serem realisadas por conta do Estado.

Assim acontecendo, como espero, e orientadas ambas as obras por um só interessado, de certo alcançarão ellas melhor resultado, uma beneficiando a outra e as duas se completando.

Num periodo de dezeseite mezes de trabalho bem conduzido—de janeiro de 1923 a maio de 1924—poderá a administração actual, si lhe não faltarem os elementos, chegar a boas realisações em torno dos dois problemas que tanto hão de concorrer para a grandeza de Victoria.

Os muitos espiritos que se têm voltado para os dois problemas, provavelmente estarão divididos em tres grupos: alguns ainda descrentes, outros já desesperançados, e poucos, muito poucos, conservando a confiança.

O Governo, porém, nunca insincero nas suas promessas e sempre prudente nos seus movimentos, confia em que hão de soar, não muito tarde, horas de alento e de fé para os

dois primeiros, como prova de que o saber esperar também é uma virtude.

Entre a Capital que consome e que pede obras de embelezamento, e o interior que produz e que supplica vias de transporte, certamente nenhum sensato vacillaria em collocar as segundas em primeiro plano.

Facilitada e, conseqüentemente, desenvolvida a producção, della virão, fatalmente, os elementos necessarios para a execução de serviços outros que, mesmo considerados muito uteis, deverão figurar sempre em plano secundario.

Além dessas obras, precisa o Governo de providenciar diversas outras, de necessidade já bem sensível, salientando-se dentre ellas um edificio para Penitenciaria, porquanto já não temos nem praça para um terço dos sentenciados; um edificio para os serviços policiaes da Capital, transferindo-se o actual para a Delegacia Geral de Hygiene; reforma integral ou installação nova para o Quartel de Policia; um edificio para o hospital de isolamento; ampliação da Villa Militar; edificio para o Grupo Escolar «Gomes Cardim» e edificios apropriados para o agrupamento das escolas de diversas localidades populosas do interior, como Santa Thereza, Affonso Claudio, Conceição e Estação do Castello, Muquy, Alegre, Veado, Collatina e Barra de São Matheus, onde as installações escolares, ao que eu proprio verifiquei, deixam muito a desajar.

Provavelmente em outras localidades que não percorri, o ensino publico estará soffrendo do mesmo mal e carecendo da mesma providencia da construcção ou acquisição de edificios adequados.

Tanto quanto me permittir a verba propria do orçamento de 1923, procurarei attender á necessidade das obras que venho de salientar.

O relatorio do Secretario da Agricultura, copioso em detalhes, informações e suggestões, fornece elementos bem mais completos a respeito do que vae de trabalho pelo Estado todo.

A Instrucção Publica

A verba que o orçamento actual reservou para o serviço deste grande ramo da administração do Estado, comquanto bem volumosa —1.265:340\$000—ainda não foi sufficiente para as necessidades do ensino publico, tal o numero de escolas reclamadas e que não nos foi possivel crear e prover.

Além da Escola Normal, Gymnasio do Espirito Santo, Collegio Maria Auxiliadora (subvencionado), Gymnasio São Vicente de Paulo (subvencionado), Grupo Escolar «Gomes Cardim», Grupo Escolar «Bernardino Monteiro» e Collegio «Pedro Palacios» (subvencionado), mantem o Estado 335 escolas primarias e subvenciona 22, tudo o que, bem demonstra o empenho do Governo em diffundir a instrucção

Comquanto tenhamos progredido bastante nesse terreno, — como prova a differença de 3.256 alumnos, para mais. no primeiro semestre deste anno, em comparação com os do primeiro semestre do anno passado — muito nos cumpre fazer ainda, tão grandes e valiosos são os surtos a que a distribuição da instrucção pode abrir caminho.

Vem a proposito um dos periodos do Relatorio do Secretario da Instrucção:

E' facto que nesses ultimos dez annos o ensino primario, em varios Estados, teve um surto de admiravel desenvolvimento.

Entretanto, força é confessar, muito longe estamos ainda do ponto a atingir, e se não poderá negar que os grandes males que nos affligem, outra origem não têm, a não ser a deficiencia de educação da massa geral do povo brasileiro, victima de um obscurantismo que lhe amortece as capacidades. Paiz novo, possuindo terras fertilissimas, dotado de riquezas naturaes que deslumbram, o Brasil, entretanto, vem atravessando uma vida de difficuldades, cada dia mais prementes. porque a educação não ha feito de nós uma força aproveitavel, de tal sorte que viessemos a occupar, no concerto dos povos civilizados, o ponto de destaque que a justo

titulo nos cabe. O que nos falta, portanto, é o factor-homem. Educal-o, pois, em harmonia com as necessidades do momento, habilital-o a entrar e vencer na grande lucta economica, que é a vida nos tempos actuaes, é a primeira taboa de salvação a que se devem apegar os que desejam melhores dias para o Brasil.»

Chegado o periodo da reforma constitucional a que alludi na Mensagem anterior, quero crer que estejamos no momento de uma resolução definitiva quanto ao Gymnasio do Espirito Santo.

Si na Mensagem anterior me declarei «partidario da limitação da acção do Estado á providencia de só ensinar a ler, escrever e contar, deixando á iniciativa particular, ainda que subvencionada, a incumbencia de ampliar a instrucção, como a cada interessado convier», não devo ter embaraço, agora, na epoca das reformas forçadas a que chegamos, em confessar o meu pensamento contrario á manutenção, por conta do Estado, de qualquer estabelecimento de ensino superior, com excepção para a Escola Normal, dada a sua função especial de fonte preparadora do nosso professorado.

Devemos preferir que as fontes do bacharelismo, tambem consideradas fontes subsidiarias da dilatação do funcionalismo publico, sejam auxiliadas, mas não mantidas pelo Es-

tado, preferindo, ao contrario, que mantenhamos escolas de agricultura, de artes e officios e de commercio, as duas primeiras como fonte de producção e a outra como fonte de elementos aptos para a grande vida commercial, sempre vinculada á evolução de qualquer povo.

O auxilio, em lugar da manutenção, quanto ao ensino secundario, não poderá significar que o menosprezamos ou desprezamos, posto que uma subvenção razoavel, applicada a um instituto fundado e dirigido por gente de bom conceito e de idoneidade para o caso, deva valer talvez menos como auxilio pecuniario directo que como auxilio moral indirecto, em razão do vinculo que a subvenção ha de constituir e do prestigio ou effeito que desse vinculo ha de resultar.

O Collegio Maria Auxiliadora é um attestado positivo desta previsão.

Convenhamos que nas mesmas fontes do bacharelismo se encontram muitos membros da nossa mocidade, compenetrados da idéa do saber para serem uteis ao Paiz, applicando a sua actividade em qualquer ramo da vida independente e productiva.

A verba que dispendemos com a manutenção de um só estabelecimento de ensino secundario daria para concedermos subvenção a dois—um em Victoria e outro, por exemplo, em Cachoeiro de Itapemirim—e daria, ainda,

para mantermos mais umas quinze escolas primarias no interior.

Ao que me é dado alcançar, a modificação do nosso programma da Instrucção, no sentido de eliminarmos delle o ensino secundario, como funcção directa do Estado, attenderia a duas vantagens: uma—a da sua propria ampliação, e outra—a do augmento de verba para desenvolvimento do ensino primario no interior.

*
* *

Como bem se pode apprehender do relatório do Secretario da Instrucção, o ensino publico se vae praticando convenientemente e melhorando sempre, a despeito mesmo das muitas desvantagens com que ainda luta a sua alta administração, umas dellas resultantes da deficiencia de aparelhagem, outras em razão das más installações, outras por motivo das grandes distancias que se verificam entre as vias ferreas de diversos Municipios,—o que corre para dificultar a fiscalisação e o preenchimento das escolas, — e outras provenientes do actual regimen de licenças e substituições que, por constar da Organização Administrativa, não poude ainda ser alterado.

Dentro das possibilidades orçamentarias, iremos remediando os males das installações e da aparelhagem das escolas, confiando em que um novo regimen venha pôr termo aos males das licenças e das substituições.

Bem util seria, se possível, a elevação da verba da Secretaria da Instrução, no orçamento vindouro, para uns 25 % da nossa receita.

O relatório do Chefe desse departamento alonga-se em considerações e comparações muito interessantes e muito oportunas, demonstrando, sobejamente, o acerto da medida de 1920, que transformou a antiga Directoria do Ensino em Secretaria da Instrução.

Tratando-se de um ramo de muita relevancia, foi bem que o não deixassemos como dependencia de outro Departamento.

A Saude Publica

Felizmente, nenhuma epidemia nos veio assolar, o que nos permite considerar—bom—o nosso estado sanitario, com excepção de alguns logares onde o inpaludismo não poude ainda ser de todo combatido, tal a extensão dos focos de sua origem, e a despeito da ankylostomiase que tem um caracter mais ou menos generalizado.

Combatendo essas duas molestias continuamos a ter o serviço de saneamento e prophylaxia de nosso contracto com o Departamento Nacional de Saúde Publica, onde permanece o abnegado patriota Dr. Belisario Penna, exercendo não a funcção propriamente de medico ou Director desse Departamento,

mas a missão de verdadeiro apóstolo de uma cruzada santa.

Continuamos a manter, também, o serviço de prophylaxia, de nosso contracto com a missão Rockefeller, com grande proveito para as populações das localidades onde se installou.

Com os dois serviços, temos póstos de saneamento e prophylaxia em Itabapoana, Castello, Itapemirim, Anchieta, Cidade do Espirito Santo, Argolas, Victoria, Linhares e Colatina, devendo ter lugar a transferencia desses para outros pontos, á medida que o serviço dos póstos installados se fôr completando.

O Governo, por outro lado, vae também agindo no sentido de canalisar rios obstruidos e de deseccar lagôas, pantanos e brejaes, como tem feito e está fazendo nos municipios de Itapemirim, Rio Novo e São Matheus, e como fará em outros logares, na conformidade do possivel.

Os Serviços Policiaes

A despeito do augmento que fizemos o anno passado, no quadro da Força Publica, o seu effectivo é ainda insufficiente para as necessidades do policiamento do Estado, como bem diz o Secretario do Interior no seguinte trecho de seu relatorio :

«O prurido de progresso que vae por todo o Estado, as construcções de estradas de ferro e de rodagem, a penetração

da colonisação nas mattas do Rio Doce, o estado lisongeiro da lavoura, a febre de actividade nos municipios, tudo isso tem contribuido para attrahir habitantes de outros Estados, resultando, dahi, um consideravel augmento de população e, consequentemente, a necessidade de um melhor policiamento no interior, para garantia dos que veem collaborar comnosco na obra do nosso desenvolvimento e para repressão dos máos elementos que sempre acompanham essas correntes immigratorias. A nossa Força Publica já não é sufficiente para isso. Todas as localidades do interior, cidades, villas e povoados, estão exigindo praças para o seu policiamento. Diariamente recebo reclamações, muito justas, a que não posso attender pela escassez do pessoal. A instrucção militar e policial, tão necessaria ao preparo do bom soldado, tem sido prejudicada por essa deficiencia.»

Não obstante, a ordem publica tem se mantido inalterada, com justo desvanecimento para o Governo, indo bem aqui as congratulações que, por tal motivo, devo apresentar ás autoridades e ás populações do interior, onde o serviço policial, como já vimos, é deficiente.

A esse respeito, manda a justiça que eu

use das proprias palavras do Secretario do Interior, tão grande foi a satisfação que ellas me causaram :

«Muito tem concorrido, para essa tranquillidade, a acção criteriosa dos delegados militares, que têm sido collocados nos Municipios de vida mais agitada, de população mais densa. Onde quer que se annuncie um movimento capaz de perturbar o espirito da população, encontra-se sempre um delegado militar, com instrucções severas para agir com presteza, prudencia, energia e a mais rigorosa justiça, sem attender a conveniencias politicas ou de qualquer natureza. E a digna officialidade do Corpo Militar de Policia tem sabido cumpril-as com uma correcção impeccavel, fazendo jús ao respeito, á estima e aos maiores encomios da população a que serve.»

Attendidas, como espero que sejam, as diversas necessidades do Corpo Militar de Policia, tel-o-emos, certamente, no desempenho fiel de sua grande missão, como auxiliar effcaz e poderoso da administração publica.

O relatorio do Secretario do Interior occupa-se de muitos dos assumptos subordinados ao seu Departamento, como Gabinete de Identificação, Guarda Civil, Hygiene, Pessoal, Vencimentos, Instituto Historico, Cadeia Civil, Abrigo de Alienados, Sanatorios, Isolamentos, Men-

dicidade, Vadiagem e Assistencia, e lembra providencias muito judiciosas sobre todos esses assumptos, que bem merecem a attenção do Poder Publico.

As Dividas Municipaes

A lei ultimamente votada e que autorisou a eliminação dos juros que estavam debitados aos Municipios, sobre o capital de seus debitos antigos, veio favorecer a regularisação e consolidação da quasi totalidade desses debitos.

Apenas dois Municipios—o de Cachoeiro de Santa Leopoldina e o de Cachoeiro de Itapemirim—ainda estão retardando a conversão do que devem ao Estado, em titulos liquidos e de prazo certo, como serão as promissorias a que aquella autorisação se referiu.

Devemos acreditar que o retardamento ou provenha de explicações de que careçam para ajuste das contas, ou resulte do desejo que talvez tenham de propor uma outra formula para prompta liquidação, pois trata-se, exactamente, dos dois Municipios de maior prestigio, de maior importancia, de maior renda, e, sobretudo, que maior somma de beneficios têm recebido do Governo Estadoal, pelo volume dos emprehendimentos ahi realizados.

Grandemente onerado como está sendo o Estado, com escolas, estradas e outras providencias que reflectem beneficamente sobre a

vida das municipalidades, nada mais justo e mais natural que procurarmos converter em titulos certos os direitos creditorios do Estado, no interesse mesmo desses serviços, cujo alargamento estará sempre na razão directa dos recursos pecuniarios que o Governo conseguir.

O Centenario da Independencia

A população do Espirito Santo, ratificando as suas velhas tradições de amante e zelosa das cousas patrias, entrou a participar do movimento, por assim dizer expontaneo, que se operou em todo o Paiz, no sentido de festejarmos condignamente a passagem do primeiro seculo de nossa emancipação politica.

Nos termos da lei de 1920 e dentro da verba da lei de 1921, fez o Governo quanto lhe cumpria e tudo que lhe foi possivel.

A Commissão constituida para superintender as cousas do Centenario, tem sabido ser inexcedivel na realisacão dos trabalhos e no encaminhamento das providencias que a natureza do assumpto lhe tem suggerido, dahi vindo a tranquillidade com que espero o julgamento que havemos de merecer, quanto aos elementos que hão de mostrar a escala da nossa evoluçãõ, na caminhada autonoma de cem annos.

Andando ao encontro dos anseios populares e mesmo dando curso aos seus proprios sentimentos e aos seus legitimos deveres, o

Governo promoveu solemnidades e festejos varios, para o dia de hoje e para os tres dias que se seguem.

Que as expansões destes quatro dias de alegria viva sejam precursoras da alegria intensa com que as gerações futuras hão de festejar o 7 de Setembro do seculo vindouro, de certo mais orgulhosas que as de agora, pelo acervo immenso de conquistas moraes e de realisações materiaes que então teremos alcançado.

A Exposição Nacional

Comprehendendo bem o alcance e a significação do certamen que os Poderes Federaes promoveram, como meio de melhor festejarem o centenario da nossa independencia, não poupámos esforços no sentido de ter o Espirito Santo, no seio della, uma participação condigna.

Constituida uma Commissão especialmente destinada a cuidar de todos os assumptos da Exposição, tem agido ella com um esforço e uma dedicação que, por si só, seriam capazes de nos garantir um esplendido resultado.

Secundando a acção dessa Commissão, a Secretaria da Agricultura não foi menos esforçada, nem menos dedicada, do mesmo modo havendo procedido o Delegado do Governo Federal.

Trabalhada assim por esses tres elementos de valia, devemos esperar que a nossa re-

apresentação na Exposição offereça margem para um bom julgamento quanto ao nosso adiantamento, quanto á nossa producção e quanto ás grandes possibilidades economicas que ainda temos adormecidas.

— Por meio de accordo ha pouco realizado e que poz termo á velha reclamação do Dr. Justin Norbert contra o Estado, conseguimos libertar o apreciavel cabedal mineralogico que esse scientista havia reunido, desde 1912, e que elle mesmo, agora, retocou e melhorou, com oportunidade e proveito para o augmento da quantidade, das especies e do valor dos productos que vamos exhibir.

Não devemos esquecer, antes devemos salientar, o precioso concurso que, a respeito, tambem tivemos dos negociantes, dos lavradores, dos industriaes e das Municipalidades do Estado, conscientes que se mostraram todos do nosso dever e das enormes vantagens e beneficios que o certamen do Centenario, indirectamente, ha de promover.

O Funcionalismo

Ainda a lutar com vencimentos que não estão em boa harmonia com os cargos que exercem e com o preço actual da vida, nem por isso o corpo de servidores do Estado tem tratado os serviços administrativos com menos dedicação e pontualidade.

Volto a dizer que a Caixa Beneficiente

deve continuar a ser a mesma fonte de amparo das familias dos funcionarios, mas independente de contribuição por parte delles, devendo passar tambem a ser gratuita, em favor de todos, a assignatura do jornal official.

Alem desses pequenos beneficios, deveriamos dar-lhes alguma vantagem pecuniaria mais, ainda que em forma de representação, como a Magistratura e os Secretarios de Estado tiveram, desde o começo do corrente anno.

Passando o beneficio da Caixa a independender de contribuição, penso que deveriamos introduzir-lhe uma modificação quanto á base dos peculios que, desde a fundação, contêm desproporções.

Tomando-se para exemplo dois funcionarios que percebam os vencimentos mensaes—um de 100\$000 e outro de 110\$000, verificamos, em face da tabella em vigor.—a mesma da fundação da Caixa,—que o peculio do segundo será de 4:000\$000. emquanto que o do primeiro, que ganha apenas 10\$000 menos, será de 2:000\$000.

Numa das vezes em que se tratou da regularisação dos negocios da Caixa, tentámos estabelecer a proporcionalidade perfeita dos peculios, como uma medida de justiça ou de equidade, sem, comtudo, chegarmos a esse resultado, por effeito dos sempre invocados «direitos adquiridos».

Uma vez, porém, que o Estado dispense o onus da contribuição e estabeleça o peculio como um donativo ou premio de seu proprio bolso e de sua espontanea e legitima vontade, claro está que deva ter liberdade para fixar os limites dos peculios, a seu pleno entendimento, sem prejuizo, entretanto, de permanecer a tabella actual para todos aquelles que, preferindo continuar a contribuir, dispensarem o peculio gratuito.

Procurando uma base proporcional perfeita e que se approxime o mais possivel das bases da tabella actual, poderiamos lembrar que o peculio fosse sempre equivalente a vinte e quatro mezes de vencimentos, sendo quatro mezes liquidaveis de prompto para o funeral, e vinte mezes a serem pagos depois, conforme a regra adoptada.

Conhecedor das muitas reclamações resultantes da diminuição que uma lei ordinaria estabeleceu, em tempo, contra as bases primitivas dos peculios, e convencido da sua procedencia, penso que seriamos justos, recorrendo a uma formula suave para liquidação dessas reclamações, como, por exemplo, a de pagarmos o montante dellas, repartidamente, por tres exercicios successivos, a começar pelos reclamantes ou interesados mais antigos.

Está bem entendido que o pessoal dos serviços autonomos, a que forem regularmente concedidas as regalias do functionalismo, fará

jús, também, ao beneficio da Caixa, como ás demais prerogativas, favores ou direitos, convindo, entretanto, que a reforma a ser feita reproduza todas as equiparações que tiverem razão de ser.

Os Serviços Autonomos

A Usina Paineiras e os Serviços Reunidos continuam a ser melhorados, na medida das conveniencias e do possivel.

A Usina Paineiras parece haver entrado no caminho da prosperidade, pois já conta, na moagem da safra actual, uma producção de cerca de setenta mil saccos de assucar e, mais, a proporção natural dos chamados sub-productos.

Os Serviços Reunidos continuam a reclamar uma remodelação grande e uma ampliação de certo vulto, aquella muito necessaria ao seu perfeito funcionamento, e esta muito conveniente ao augmento de sua renda.

Obediente ao criterio, digo melhor, ao proposito de deslocar das mãos do Estado para as de empresas particulares, tudo quanto seja objecto de uma exploração commercial ou industrial, abri, no Rio de Janeiro, negociações com o intuito de effectuar os arrendamentos da Usina Paineiras e dos Serviços Reunidos, e acredito que as negociações ambas estejam a marchar satisfactoriamente.

A Imprensa Estadual, transferida para

local mais proprio e enriquecida com administração e pessoal convenientes e aparelhagem e instalações indispensaveis, entrou, por esse meio, a preencher optimamente o seu fim, habilitada como está a executar todos os trabalhos typographicos, de que as repartições do Estado carecem, a pleno contento, como vem acontecendo.

A Estrada de Ferro São Matheus e a Estrada de Ferro Itaúnas serão constituídas brevemente em serviços autonomos, com administrações locais capazes da bôa direcção que precisam ter e aptas para todas as providencias que vierem a ser necessarias.

Os Secretarios

Cada vez mais identificados com os serviços que dirigem e mais irmanados com os deveres, responsabilidades, intuitos e propósitos da Administração, os auxiliares do Governo continuam a ser os orientadores preciosos que me guiam, conduzindo-me para os acertos que o Governo tem alcançado e desviando-me dos erros communs a quem quer que tenha em mãos decisões accumuladas.

A descentralização dos serviços, que é da essencia da organização das Secretarias autonomas, se vae operando satisfactoriamente, parecendo já um tanto generalizada a comprehensão de que os auxiliares do Governo são

o melhor caminho para quasi todas as consultas e para a maior parte das decisões.

Na reforma que se vae operar conviria muito que a distribuição dos serviços administrativos permanecesse tal qual se encontra presentemente, pois que o actual regimen é o mais simples, mais útil e mais proprio.

O Poder Judiciario

Em consequencia de diversas vagas, tem havido certo movimento de nomeações e promoções na Magistratura.

Assim é que foi promovido para o Tribunal Superior, como de seu direito e de seu grande merecimento, o Desembargador Genuino de Andrade, e nomeados, respectivamente para as comarcas de Affonso Claudio e Anchieta, os drs. Octavio Lemgruber e Danton Bastos ambos de grande merecimento tambem.

Com a distribuição da verba consignada no orçamento vigente, para representações, os Desembargadores e Juizes passaram a ter, sob aquelle titulo, uma bonificação de cerca de 25 % de seus vencimentos.

Sempre zelosa de sua missão e elevada na sua maneira de agir, a Magistratura do Espirito Santo permanece em situação de apreciavel destaque.

O relatorio do Procurador Geral do Estado traz preciosos detalhes acerca dos assum-

ptos da justiça, e suggere medidas de muito acerto.

Os Perdões

A despeito dos varios empenhos e das muitas solicitações que hei recebido, não usei ainda da faculdade da lei para o perdão de um unico sentenciado, tão discordante me sinto desse expediente, não só pelo que elle talvez tenha de indefensavel, como pelos danos directos e indirectos a que dá lugar.

Chamarei danos directos os crimes novos em que vae reincidir o mesmo sentenciado facilmente posto em liberdade. Chamarei danos indirectos os crimes outros que o perdão facil ha de estimular, propagando-os e multiplicando-os.

Accresce ainda que essa faculdade não tem sido usada em favor do sentenciado que mais merece, pelas suas mostras de arrependimento e regeneração, e sim em attenção aos afilhados de muitos padrinhos, tendo chegado a recahir, por vezes, em elementos dos mais perniciosos e que deviam, por isso mesmo, continuar segregados da sociedade.

Não comprehendo bem a justiça ou o acerto com que simples Decretos do Poder Executivo possam revogar sentenças solemnes do Tribunal do Jury, e sou levado a crer que um exame calmo e profundo desta questão chegaria ao resultado de condemnar, por im-

propria ou illegitima, a faculdade conferida aos Presidentes da Republica e dos Estados, para o perdão de sentenciados.

Como acto puramente occasional e só a titulo de homenagem á data que marca o nosso primeiro centenario de Nação livre, abri uma excepção especialissima para minha incursão, tambem, no desacerto que venho de evidenciar e combater, assignando hoje, e só hoje, alguns perdões e varias reducções de penas.

Com a installação da Penitenciaria, de nossas cogitações e que é de grande necessidade, poderemos fazer muitos criminosos trilharem o caminho da regeneração, podendo tambem preparar, para os obedientes, trabalhadores, arrependidos e regenerados, uma vida de relativa liberdade, por meio de titulos gradativos de distincções, baseados na conducta de cada um, quer como sentenciado, quer como auxiliar dos trabalhos da Penitenciaria.

○ Aluguel de Terras

Em plena execução por todo o Estado, a despeito mesmo dos entraves que muitos pretenderam crear-lhe, o aluguel de terras vae sendo bem julgado e bem acolhido, já havendo concorrido, como de seu objectivo utilissimo, para a regularisação da situação de centenas de posseiros que, por negligencia, indifferença ou por falta de quem os desper-

tasse, deixaram em abandono, por muitos annos, os seus proprios interesses.

Infelizmente ainda se encontram cidadãos que, por falta de raciocinio, por perversidade, por falsa comprehensão das cousas ou por espirito de contradicção, entendem de prégar a desobediencia contra um regimen de effeitos e resultados os mais claros e os mais positivos, em bem da sorte daquelles que, á face das proprias leis, modernas e antigas, ou são chamados invasores ou são tidos como posseiros criminosos.

Um regimen que os transforma em posseiros regulares e que os encaminha, da maneira a mais suave, para a condição de proprietarios legitimos, só pode ser combatido pelos falhos de comprehensão, pelos máos espiritos ou, então, pelos que ainda não tiveram tempo ou vontade para o exame e a reflexão que devem preceder a todos os julgamentos.

Emquanto esses, em minoria infima, dão curso, por um lado, ao seu errado e lamentavel modo de ver, o Governo, por outro lado, consciente e resolutto, executa o serviço tal qual projectou, desvanecido com os resultados que vae alcançando.

Pelas arrecadações que têm sido recolhidas ao estabelecimento bancario indicado pelo Decreto que regula o serviço, o Municipio de Affonso Claudio vem se mantendo em primeiro

lugar, o que quer dizer que lhe vae caber, de direito, o beneficio da proxima fundação do primeiro banco regional a que uma parte do aluguel de terras se destina, sabido que a outra parte cabe ao serviço das estradas da zona, de accordo com a Municipalidade.

Uma vez fundado o «Banco Mercantil de Affonso Claudio», já as arrecadações do aluguel, nesse Municipio, não virão ter mais ao estabelecimento bancario de Victoria, devendo ser, ao contrario, recolhidas ao banco local, para applicação exclusiva nos fins a que se destinam.

Logo em segundo e terceiro logares figuram, pelas arrecadações até agora effectuadas, os Municipios de Santa Thereza e São Matheus, o que parece indicar que serão os immediatos na percepção daquelles beneficios.

O Banco do Espirito Santo

Guiado pelos mesmos homens que lhe traçaram e firmaram o novo rumo e como que sob a luz de «uma boa estrella, a projectar-se sobre o seu novo destino», o Banco do Espirito Santo prosegue na sua marcha vigorosa para a prosperidade, promettendo-nos alcançar, em breve, o titulo de estabelecimento bancario opulento e propulsor do nosso progresso, taes os beneficios que poderá levar ás classes laboriosas do Estado, permittindo-lhes o augmento das producções, e taes os emprehen-

dimentos a que poderá dar o seu apoio moral e financeiro, favorecendo-lhes a realização.

O movimento global dos descontos foi de 2.429:523\$690, em relação ao período de Janeiro a Junho de 1922, contra 4.640:358\$360 em relação a todo o anno de 1921.

Em 30 de Junho de 1922, os descontos em ser e as demais applicações em movimento, demonstraram que o nosso Banco tinha em giro commercial a cifra approximada de tres mil contos de reis, como terão verificado detalhadamente os que lhe examinaram o balancete do semestre passado, publicado em dias do mez de Julho.

A' medida que se forem transformando em dinheiro os muitos immoveis que o Banco ainda possui, irá augmentando em muito a possibilidade de suas operações.

Quando, em 1920, falei da federação bancaria do Espirito Santo, de certo não fui um visionario, nem um insincero, por vehicular idéas cuja realização soubesse de antemão que não poderia alcançar, pois está a despontar o primeiro marco dessa grande conquista.

Os elementos commerciaes e agricolas do prospero Municipio de Muquy acabam de comunicar, verbalmente, por intermedio do Deputado Geraldo Vianna, que estão promptos para subscrever e realizar a metade do capital necessario á fundação, alli, de um banco nos moldes das idéas lançadas naquella epoca, ou seja

com metade do capital subscripto e realizado pelo Banco do Espirito Santo e a outra metade pelos elementos locais.

Logo que chegue a comunicação escrita, será providenciada a fundação do «Banco Mercantil do Muquy», como o primeiro da federação preconizada dois annos antes.

Contando que logo a seguir tenhamos também fundado o «Banco Mercantil do Itapemirim», baseado em elementos que vão ser reunidos, sob a mesma formula, em Cachoeiro de Itapemirim, e confiando em que as arrecadações do aluguel de terras, como já se disse, nos hão de permittir a fundação, ainda este anno, do «Banco Mercantil de Affonso Claudio», tenho que havemos de entrar em 1923 com boa prova de como a idéa dos bancos regionaes não foi uma visão nem uma insinceridade.

A Situação Economica

E' me grato repetir que a vida do Estado continua em evolução apreciavel, enchendo-nos de promettedoras esperanças e de serena confiança, em relação á nossa situação economica de amanhã, como consecuencia natural dos bons elementos que já temos em marcha e dos emprehendimentos novos que se annunciam.

As arrecadações orçadas em 7.460:000\$000 para todo o exercicio actual, já attingiram, só no periodo de Janeiro a Junho, a somma de

5.461:289\$640, havendo concorrido, em parte, para isso a exportação de café que nesse período toma sempre maior vulto.

O movimento da nossa produção exportada, no exercício de 1921, attingiu a um valor commercial de setenta e nove mil contos de reis, concorrendo ainda quasi que só o café para esse resultado.

A seguir vêm as madeiras, cereaes, tecidos de algodão, assucar, monazite, couros, aves, ovos e varios outros de volume secundario.

Como cousa curiosa, que só agora, ao folhear a estatistica, pude verificar, figuram entre os productos da exportação de 1921 «Residuos de Fabricas de Tecidos» no valor de cento e setenta contos, quando os tecidos todos das mesmas fabricas, que produziram aquelles *residuos*, apenas accusaram, no mesmo periodo, um valor de quatrocentos e quarenta contos.

O commercio de monazite ainda permanece embaraçado, razão por' que foi diminuto o movimento da exportação desse producto.

O movimento de madeiras esteve estacionario tambem, pois verificámos, em 1921, uma exportação de trinta e nove mil metros, contra trinta e cinco mil metros em 1920.

Em café, como da previsão da Mensagem passada, tivemos bom augmento: o volume da exportação que em 1920 foi de 846.394 saccos, subiu em 1921 para 1.104.000 saccos.

Infelizmente, a montagem das novas serriarias que tínhamos em negociação, soffreu retardamento, cremos que por motivo da nossa situação cambial, que tanto affecta o preço já elevado dos machinismos, e, em boa parte, por motivo dos boatos frequentes de subversão da ordem, a que a lucta politica federal deu curso.

O relatório do Secretario da Fazenda contem varias citações e comparações numericas e diversos quadros estatisticos, alem de detalhes bem comprobatorios da solidez dos elementos que nos hão de garantir a progressão da nossa receita.

A Situação Financeira

Os compromissos do Estado continuam a ser os mesmos enumerados na Mensagem de 1921, figurando dentre elles os que adiante reproduzimos :

1^o—A emissão externa de 1919, no valor de 24.960.000 frs. um tanto excedida hoje pelo valor dos bens do antigo Banco Hypothecario, que foram incorporados ao patrimonio do Estado, em razão da encampação a que tal emissão se destinou ;

2^o—O mal fadado emprestimo de 1908, num montante real de 19.135.000 frs. e respectivos juros, ainda em questão e, por isto mesmo, a dar margem, de tempos a tempos, para que nos supponham em situação

faltosa perante a economia franceza, quando a verdade indiscutivel diz que um falso estabelecimento financeiro da França é que é o faltoso perante nós. Uma «varia» de character officioso do *Jornal do Commercio*, de certo dada a publico por desconhecimento completo da questão, pretendeu incriminar de prejudicial para o credito externo do Paiz, a feliz, natural, honesta e opportunissima operação de cambio que realisámos. A isso contrapuz, a titulo de esclarecimentos necessarios sobre esse emprestimo, uma publicação detalhada, mais tarde reproduzida na imprensa da França e com a qual provámos, exuberantemente, a lisura da nossa conducta. Logo a seguir, o vaioroso *leader* da bancada do Espirito Santo na Camara Federal, teve ensejo de produzir, em discurso brilhantissimo, uma explicação de defeza que muito nos honrou e que terá ajudado muito a preparar o novo rumo em que a questão parece haver entrado;

3º.—As apolices internas, cujo montante, de 6.765:500\$000, ainda é o mesmo do penultimo quatriennio, o que quer dizer que não tem havido, ha já alguns annos, emissão de um só desses titulos ;

4º.—O saldo da Caixa Beneficente, na importancia de 399:769\$158 e pequeninos depositos de orphãos e ausentes e outros, sem divida fluctuante de volume algum nem responsabilidades outras de qualquer natureza.

As nossas reservas, destinadas a necessidades dos negocios externos, permanecem no mesmo limite, referido na Mensagem anterior.

A Reforma Constitucional

Bem avisado andou o Congresso Constituinte de 1913, estabelecendo a revisão periodica da nossa lei basica.

De annos em annos, é natural que surja um aspecto novo para determinado ramo da vida dos Estados, ou que a pratica nos mostre, por um lado, o mau resultado de uma regra adoptada e, por outro lado, a desvantagem de uma medida que não fôra lembrada.

No nosso caso, essas tres hypotheses se positivaram : aspectos novos para a vida, regras que falharam e medidas que faltaram.

Apreciemos isoladamente, cada uma dellas, sem forma de uma intromissão do Executivo nos assumptos de competencia do Poder Legislativo.

DISTRICTOS ELEITORAES

A composição do Congresso já não corresponde ao aspecto da nossa vida de hoje, interessadas e empenhadas que estão as populações das diversas regiões do Estado, em ter representantes especiaes para cada uma, ao emvez da representação global de vinte e cinco deputados para o Estado todo.

Em verdade, o regimen da eleição d

vinte e cinco deputados, como representantes em commum do Estado inteiro, não aguça o estímulo dos eleitos e amortece o interesse dos eleitores, além de não crear entre aquelles e estes, os laços ou os vinculos que devem sempre ligar mandantes e mandatarios.

Já na Mensagem de 1920 tive ensejo de referir-me á «necessidade da divisão do Estado em diversos districtos eleitoraes, para que cada zona tenha o seu representante e para pouparmos a um deputado que tanto fôra eleito por Itabapoana como por Guarapary e Rio Pardo, a exclusividade de só cuidar das cousas de São Matheus.»

Um exame, mesmo ligeiro, sobre o movimento de população das nossas Municipalidades, parece encontrar elementos para a divisão do Estado em nove districtos eleitoraes, cada um com o direito de dar quatro deputados e formando-se, assim, o Poder Legislativo, com um total de trinta e seis membros.

E' de lamentar que dezoito dos actuaes Municipios do Estado tenham ficado sem representantes no Congresso, tanto mais quanto, entre esses, figuram circumscripções grandes e importantes como São Matheus, Collatina, Itaguassú, Santa Thereza, Pau Gigante, Domingos Martins, Rio Pardo etc.

Adoptada a eleição dos deputados por districto, deveriamos permittir que o candidato da minoria, em cada um delles, accumu-

lasse votos até o triplo, como meio de assegurarmos a participação das minorias que dispuzessem de um terço do eleitorado.

Já ha dois annos passados dei curso ás minhas idéas tendentes á transformação do nosso regimen eleitoral, e propugnei as reformas que nos deveriam conduzir a esse resultado, vindo a proposito a reproducção do que então escrevi :

«Com taes reformas, teremos dado garantias e estimulos a todos os nossos concidadãos e evitado as unanimidades com que os Governos se illudem e que tantos inconvenientes podem acarretar.

Digo unanimidades com que os Governos se illudem, porque muitas dellas resultam não do applauso de todos e sim da indifferença, da descrença, do desalento e do abandono de muitos.

Com o regimen da pressão, crearemos opposições systematicas, odientas, caprichosas e sedentas de vingança, ao passo, que, com o regimen da justiça, do respeito e da liberdade, as opposições que porventura existirem, só poderão ser bem intencionadas e uteis, pelo concurso que nos trouxerem, ora desviando-nos de erros em que cahiamos inadvertidamente, ora suggerindo-nos soluções melhores para os problemas que o repouso das unanimidades resolve sempre sem maior exame, ora estimulando o nosso proprio dever pela sua simples existencia».

Certo não virá até nós nenhum visionario que, empolgando as multidões com sonhos vãos ou com a phantasia de promessas de distribuição dos haveres e das propriedades, conquiste os seus votos e venha a ser, depois, no seio da nossa Corporação Legislativa, por progressão de idéas, uma especie de pregoeiro do falso socialismo, que abala e desagrega, ou do louco bolchevismo, que inutilisa e destróe.

VIDA DOS MUNICIPIOS

As condições de renda para a elevação de um districto á categoria de Municipio convêm que não sejam folgadas como as actuaes, visto como a renda de dez contos é mais que insufficiente, porque é até irrisoria, para o custeio dos serviços de uma Municipalidade.

A elevação desse limite para trinta contos evitaria a repetição do mal da impossibilidade de subsistirem, em que se encontram alguns dos Municipios actuaes, com grande damno para o seu povo.

Si em outros tempos andámos errados, creando Municipios, sem reflexão e sem exame e só obedecendo, ao que parece, a illusorios intuitos de ordem politica, ou para enfraquecer determinado grupo ou para fortalecer especializado chefe, acertados andariamos agora, supprimindo aquelles cuja existencia, por falta de elementos, tenha deixado de ser um bem para ser um mal contra sua propria população.

Nenhum povo se diminue com o deixar de pertencer a um Municipio pequeno e pobre que se extingue, para passar a pertencer a um outro a que o extincto for incorporado e que, tambem por isso, terá de ser considerado melhor afortunado, em tamanho e riqueza.

O povo sobre que recahir essa mutação será sempre parcella de um povo emancipado e dirigente de si mesmo.

Valendo-nos do momento da nossa reforma constitucional, penso que deveriamos prevenir o grande mal das creações de Municipios sem elementos de vida sufficientes, estabelecendo condições de certo rigor taes como limitações bem mais altas, quanto á população e á renda, ao mesmo tempo que deveriamos promover o grande bem da supressão dos que não puderem ou não deverem subsistir, pela ausencia dos elementos essenciaes.

JUSTIÇA FACIL

Para a administração ou distribuição da justiça, o regimen que se me afigura mais consentaneo, com as conveniencias e necessidades das populações do interior, é o do juizado municipal, como órgão auxiliar do juizado das comarcas, julgando as causas que, por sua uatureza e importancia, deverem ser de sua alçada e preparando o processo das outras para a decisão do Juiz superior.

Certo esse regimen acarretará onus para os cofres do Estado ; mas se attentarmos para as conveniencias que elle trará em favor das populações distanciadas das sédes das actuaes Comarcas, como as de Santa Cruz, Riacho e Nova Almeida, em relação á Comarca de Pau Gigante, as de Itaguassú, em relação á de Affonso Claudio, as de Santa Thereza, em relação á de Santa Leopoldina, as de Guarapary e Alfredo Chaves, em relação á de Anchieta, e de tantas outras, chegaremos á conclusão de que as conveniencias dessas populações devem ser tomadas em maior consideração que o onus desse novo regimen.

A justiça, longe como está para muitos, passa a ser tardia e cara, quando deve ser prompta e barata.

Assim, como a temos, a justiça entrava a regularisação dos negocios de muita gente atirada pela morte ao infortunio da viuvez e da orphandade, concorrendo em varios casos, indirectamente, para que propriedades agricolas e mesmo as ligadas a alguns outros ramos de vida, se desorganisem ou se esphacelem, no curso de inventarios que se eternisam, depois de absorvidas grandes sommas dos interessados.

Perante os que já foram attingidos pela desgraça da viuvez ou da orphandade e perante aquelles que foram victimas da falta de pagamento de um credito regular ou da violação de um direito legitimo, a justiça não deve

apparecer como espantalho ou como algoz e sim como amparo efficaz.

Ponhamos a justiça bem á mão para todos, busquemos os homens limpos de coração e de consciencia para estarem á frente della, reduzamos ao minimo ou mesmo eliminemos de todo, se possivel, as custas para aquelles casos, e teremos prestado ao nosso povo um beneficio inestimavel.

SUBSTITUIÇÕES DE JUIZES

Quer nas sédes das Comarcas, quer nas sédes dos juizados municipaes. ao que a practica vem aconselhando, deveremos ter um substituto idoneo para o Juiz. previamente nomeado, excluindo-se da alçada dos Juizes Districtaes essa prerogativa, por isso que ella não se casa bem com a sua funcção, que é mais da politica que da justiça.

TRIBUNAL DO JURY

A despeito da sublimidade do jury. a estabelecer que cada réo civil, tal como os militares, seja julgado por um tribunal composto de seus pares, não podemos deixar de confessar que essa instituição corresponde, hoje. a um completo desmentido aos intuitos de quem a ideou, posto que venha sendo, de ha muito, o falseamento ou a negação da justiça.

Verdade é que algumas das autoridades do interior, talvez mesmo porque lhe perceberam o declínio, entraram a aggravar a situação do jury, compondo o corpo de jurados de elementos que só por ahí passaram como escaia, como preparação ou como meio mais simples e mais rapido de se documentarem para qualificações eleitoraes.

O jury, como vem sendo usado entre nós, é tambem um estimulo para os crimes.

A frequencia das absolvições e o escandalo, mesmo, por assim dizer, de muitas dellas, vale como propaganda dos delictos, como annullação do medo das condemnações, como negação e desmoralização da justiça e como promessa ou garantia de impunidades.

Tanto quanto nos permittirem os principios basicos da instituição do jury, devemos pretender que o nosso Codigo Processual, usando de rigores e precauções, realise o milagre de fazer do jury, desde a formação do corpo de jurados, a cousa seria que deve ser.

Creados os juizados municipaes e reduzidas, conséquentemente, as comarcas, poderiamos estabelecer que os réos de um Municipio fossem sempre julgados por um Conselho composto de jurados de outro dos Municipios da comarca, que ficasse mais distanciado do theatro do crime, evitando, assim, os effeitos dos compadrecos e das ligações.

FUNCCIONAMENTO DO CONGRESSO

Para o funcionamento do Congresso deveriamos preferir o periodo de 1º de Maio a 30 de Junho, por isso que o periodo actual coincide com a epoca das plantações de cereaes e das exportações de café, quando, exactamente, os representantes das nossas zonas centraes verificam maiores desvantagens com o ausentarem-se, dahi resultando a falta de numero que frequentemente impede o funcionamento do Congresso.

Além de attender a essa necessidade, a transferencia do periodo traria ainda a vantagem da antecipação de alguns mezes na publicação dos orçamentos e outras leis sobre impostos, que tivessem de vigorar para o novo exercicio financeiro, dando assim margem para que o publico as conhecesse com larga antecedencia, como é de direito.

ALTRUISMO

Nenhum ser humano, que tenha sido bem formado, de certo viverá só do que ganha. No convivio amigo a que se entrega, nos bons actos que pratica, no bem que distribue, nas virtudes que propaga e no altruismo sincero a que der curso, qualquer de nós que puder ser tido como bem formado, ha de experimentar um goso intimo incomparavelmente maior que o goso puramente exterior do dinheiro que auferir.

Exactamente no momento em que o altruismo parece querer fugir de todo dentre nós e quando, pelo Brasil inteiro, impéra mais a ambição que o dever, viria bem um movimento que valesse como um chamamento do alto para que aquelle elevado sentimento não fugisse, e voltasse e crescesse até que a sua grandeza transbordasse das nossas almas.

E' doloroso o que vimos registrando entre nós, quanto á falta de altruismo.

Determinados funcionarios que o Poder Publico amparou com um vencimento e distinguiu com uma funcção, parece que não se sentem ligados ao Estado por nenhum sentimento de estima ou de gratidão, chegando mesmo, algumas vezes, a agir com mostras de inimizade. Aqui vemos um a procurar, nas leis, um dispositivo qualquer que lhe dê margem para uma reclamação : ali vemos outro a exigir gratificação por nada e remunerações especiaes por tudo ; acolá vemos outro até accetando o exercicio da advocacia contra o Estado.

(Felizmente, abonando a verdade da lei das compensações, varios outros existem, cheios de desprendimento e abnegação e pe-jando-se de tudo que seja ou possa parecer uma preocupação de ganho, uma exigencia ou uma especulação).

Nem mesmo as alegrias que o Centenario e a Exposição fizeram correr pelo Paiz afóra e que deviam ter tocado ás fibras do nos

so amor patrio, puderam despertar na sua inteireza o altruismo nacional.

Gente houve que especulou até com o oferecimento ou entrega de productos seus e de suas zonas, ora apparentando necessidades, ora exaggerando despezas, ora cobrando gastos exquisitos, como si o grande certamen de hoje, sobre ser um espelho vivo do nosso adeantamento e um propulsor precioso da nossa prosperidade, não fosse tambem uma fonte de onus bem pesados para os Governos e de interesses bem immediatos para o povo.

Cada um de nós tem o dever de dar alguma coisa de seu tempo, um pouco de sua capacidade, uma parcella das suas energias e muito da sua dedicação e do seu patriotismo, em bem desse patrimonio collectivo que as gerações de quatrocentos annos vêm accumulando e que os nossos contemporaneos, como os nossos pósteros, devem amar muito e procurar engrandecer sempre.

Ha funções. cujo exercicio ninguem deve tomar como um meio de vida, e sim como um ensejo de contribuir com o seu quinhão de tempo, de capacidade, de energia, de dedicação e de patriotismo, em beneficio da collectividade.

Nesse numero devemos considerar, além de outras, a da Presidencia do Estado.

Por entender assim, foi que, o anno passado, quando tinha de ser votada a lei trien-

nal de fixação de subsidios, discordei que fosse augmentada a quota que representava, não um subsidio para o Presidente do Estado, mas uma simples ajuda de custo para as despezas fataes, e inherentes ao cargo.

E a verba que as leis têm consignado para esse fim o confirmam plenamente, provando, á evidencia, que não houve, como não devia ter havido, o intuito de uma remuneração para o serviço dos Presidentes do Estado, posto que esta careça de guardar sempre certa harmonia em face das cifras do movimento dos serviços superintendidos e tambem das responsabilidades directas e immediatas de que o remunerado tem de ser depositario.

Dahi o facto, que muitos reprovam, de, entre nós, o Presidente do Estado receber muito menos do que um funcionario do commercio auferê, como acontece em relação aos gerentes de diversos estabelecimentos da nossa praça.

E' que esses dirigem casas commerciaes com intuitos só de lucros para seus representados, devendo, por isso, ter vantagens pecuniarias na proporção do que conseguirem, emquanto que aquelle é chamado a cuidar dos interesses publicos, das necessidades geraes ou do bem de uma collectividade a que elle mesmo pertence, não devendo, como é natural, caber-lhe senão o premio das bençãos, pelo que realisar, e o castigo da maldição pelo que destruir.

Si a fortuna me houvesse favorecido com haveres cuja renda fosse capaz de attender ás despezas da vida que o cargo incompatibilisa com tudo, por quatro annos inteiros, sentir-me-ia feliz de poder renunciar a propria ajuda de custo toda.

Nem por isso, entretanto, quero deixar de contribuir com o que directamente puder tocar-me, concorrendo com a reduçãõ da minha ajuda de custo, até onde for possível, de modo a colaborar ainda mais, nessa obra que não é só de desprendimento e altruismo, porque é tambem de preparação dos sentimentos para o alcance de uma outra riqueza que a ambição impede de ser bem examinada e bem julgada.

O progresso dos povos não se assentará só no que elles tiverem de riqueza material, mas tambem no que possuirem de grandeza moral.

Analysando as riquezas materiaes poderemos chamar algumas de desvirtuadas, emquanto que, apreciando as riquezas moraes teremos de classificar-as todas como dignificadoras.

Sublime e edificante que seria para nós, si pudessemos fazer partir do Espirito Santo um bom movimento de abnegação e de nobreza, de desprendimento e de altruismo, como um brado a chamar os homens do Brasil para uma vida de menos ambição e de mais patriotismo.

PERIODO PRESIDENCIAL

O mandato presidencial, por quatro annos, é, realmente, um tanto escasso para a execução de um programma administrativo um tanto vasto.

Certo os eleitos de amanhã não estarão nas condições do eleito de hoje, a precisar que o seu tempo võe para, fora do cargo, poder providenciar sobre necessidades urgentes da vida, ainda a tempo de evitar uma velhice intranquilla pelo accumululo de responsabilidades pecuniarias, e pela ausencia de elementos de renda que lhe garantam a existencia.

Diz-me a consciencia, e o dirá tambem a consciencia dos que quizerem ser justos, que a minha dedicação pelo trabalho e o meu esforço em torno de varios problemas do Estado, talvez possam ser tidos como sendo alguma coisa a mais do trabalho ordinario e do esforço commum e valendo, assim, como se fôra um pouco de tempo a maior na funcção.

Instado por muitos e sondado por varios dos amigos e companheiros que me honram com a sua estima pessoal e a sua confiança politica, sobre a hypothese de uma reeleição, eu me apégo a este ensejo opportunissimo, e registro, aqui, não o embaraço mas a impossibilidade en. que me encontro para acceital-a.

Exactamente dos meus amigos e companheiros, é que eu reclamo, em vez de pedir,

que vejam, nos meus quatro annos de trabalho, o tributo maximo com que posso contribuir para os serviços do Estado, dada a situação de anormalidade e de atrazo de meus negocios particulares.

Além disso, as reeleições aberram do nosso regimen e não estão para a nossa educação e para as nossas tendencias, ainda um pouco desvirtuadas, o que vale dizer que nunca deveremos consentir que esse principio venha a figurar na nossa Constituição.

Um povo como o nosso, ainda um tanto desviado da sua verdadeira rota, e impregnado dos exemplos de absorpção e predominio, que muitos dos nossos homens publicos têm prodigalizado, carece de ser posto ao abrigo de faculdades ou de medidas que, como aquella, possam arraigar mais no seu espirito as tendencias absorventes e anti-democraticas que o periodo republicano aguçou, ao emvez de amortecer e extinguir.

Voltando a falar do periodo administrativo que a Constituição actual fixou em quatro annos, penso não errar em dizer que a Constituição nova acertaria augmentando o seu limite para cinco annos e addicionando ao periodo presidencial vindouro a fracção restante do anno de 1924, de modo que os periodos posteriores começassem em 1.º de Janeiro e terminassem em 31 de Dezembro.

Assim, cada Governo teria sempre orça-

mentos completos a cumprir, evitando como da possibilidade dos periodos de agora, que no ultimo anno dos quatriennios, o Governo aspirante gaste a maior parte do orçamento, no afan de concluir serviços, e deixe o Governo estreante sem quasi meio de acção, em torno das obras publicas.

Como consequencia dessa alteração teriamos de fixar outra data para as eleições presidenciaes, parecendo-me que, a de 15 de Novembro estaria apropriada. já porque ella relembra o advento do novo regimen, já porque dahi até a epoca da posse haveria tempo sufficiente para os actos de apuração das eleições e reconhecimento e, ainda, porque uma antecedencia maior teria o inconveniente, que temos visto, das expectativas e das anciedades longas, das campanhas ou movimentos eleitoraes demorados e da diminuição, um tanto cedo, do prestigio da autoridade e da acção do Governo.

PREFEITURAS

A Constituição actual pretendeu, é certo, fazer um bem aos Municipios, generalizando os logares de Prefeito.

Na pratica, entretanto, ficou demonstrado que o resultado foi contrario, podendo-se dizer que essa medida levou a maioria dos Municipios a ter no seu seio um pensionista a mais,

alem dos constantes choques em que os elementos locais se têm encontrado, sempre que tem havido uma eleição a ferir-se, por effeito, talvez, da remuneração do cargo, ou em razão das suas prerogativas directoras da applicação ou distribuição do erario da Municipalidade.

Penso que acertariamos si procurassemos uma outra formula para os executivos municipaes, augmentando-se, por exemplo, o numero de vereadores e conferindo-se á Camara a eleição annual de um delles para tal fim, mesmo em relação ao Municipio da Capital, todos com a denominação uniforme que fosse apropriada, mas sem remuneração alguma, sempre que se tratasse de Municipio de renda ordinaria inferior a sessenta contos de reis, em cada exercicio.

O mandato dos executivos municipaes deveria coincidir com o do exercicio financeiro completo, ou seja começando em 1º de Janeiro e terminando em 31 de Dezembro, pela mesma conveniencia de um não desfalcar verbas em prejuizo do outro.

IMPOSTOS MUNICIPAES

() regimen tributario e os codigos de posturas dos Municipios, si pudessem ser uniformizados, parece que consultariam melhor ás conveniencias da collectividade, de modo a podermos ter, em toda parte, as mesmas regras e, guardadas as naturaes relatividades, os mesmos tributos.

Alem dessa conveniencia, ainda viria a vantagem de se evitar, como dizem, que as cifras de um mesmo imposto, em alguns Municipios, variem conforme o grau de affeição ou de inimizade entre o contribuinte e a autoridade dirigente.

Preferivel seria, como regra geral, que o regimen tributario dos Municipios constasse de leis especiaes e de character permanente, ao menos por tres annos, de modo a não ser confundido com as leis orçamentarias e assim de que estas, a exemplo do que já vem fazendo o Estado, se limitassem a calcular a receita, dentro das possibilidades dos impostos assim creados, e a distribuir a despesa por verbas positivadas

Attendendo a que as contribuições municipaes estabelecidas em lei organica, a titulo de auxilio sobre as escolas estadoaes installadas nos Municipios, têm sido de arrecadação muito morosa e difficil, apesar mesmo do seu pequenino montante, e considerando que, os encargos e as obras do Estado crescem sempre, penso ser da maior justiça e de muita oportunidade, a reincorporação do imposto predial ao numero dos impostos pertencentes ao Estado, como antes era.

A volta desse imposto, valeria pela dispensa daquella contribuição, ficando os Municipios ao abrigo dos ajustes de contas e das reclamações a que o Estado, de ha muito e frequentemente, vem sendo constrangido.

A condição que põe os orçamentos dos Municipios na dependencia da approvação do Congresso, parece que corresponde a uma diminuição da autonomia municipal, alem de ser innocua.

O regimen tributario, sim, quando por afastamento das bases essenciaes estabelecidas na Organização Municipal, e quando os contribuintes, fundamentando ou comprovando esse afastamento, delle recorressem para o Congresso, deveria, então, estar sujeito á annullação.

Uma vez que os Municipios se movem dentro das regras estabelecidas na Organização Municipal, nada devemos pretender que possa deslustrar a sua acção ou diminuir a sua autoridade, e com isso iremos preparando as nossas Municipalidades para a grande missão que lhes cabe entre nós, qual seja a de agirem como parcellas autonomas de um todo abstracto que ellas mesmas formam, vinculam e devem e orientam.

IMPOSTOS ESTADOAES

Entremos agora em apreciações sobre o regimen tributario do Estado.

A respeito desse assumpto não é demais que se repitam, agora, as mesmas palavras que escrevi ha dois annos passados :

«Os impostos não devem ser considerados como sendo o meio de se obter dinheiro para o enriquecimento directo do Estado, e sim

como o recurso de, que os Governos lançam mão, para cobertura das despesas reclamadas pelas necessidades do seu povo.

Se essas despesas podem ser attendidas com uma tributação menor, nosso dever será evitar a tributação maior, e com isso teremos fortalecido a fortuna publica, enriquecendo, engrandecendo e elevando, consequentemente, o Estado, que não passa de uma figura abstracto, representando ou significando o povo que se encontra dentro de suas fronteiras.

E como não ha Governo rico com um povo pobre, nem povo pobre com um Governo rico, que procuremos, no allivio dos impostos, o allivio do povo e no allivio das despesas superfluas o allivio do Governo, para que na situação tranquilla e folgada de um e outro, tenhamos a um tempo o Governo e o povo enriquecidos.»

Cada dia mais convencido dessa grande verdade, não vacillo em dizer que andariamos com acerto reduzindo alguns dos nossos impostos de exportação, notadamente o do café, que é o que attinge ao maior numero dos nossos produtores.

De certo não poderíamos fazer uma redução sensivel, por isso que no café reside a base principal da nossa receita, cabendo-nos, entretanto, fazer alguma coisa nesse sentido, ao menos como demonstração das tendencias a que as administrações do Estado se devem escravisar, e

como condemnação ás tendencias das administrações outras, que adoptaram o lemma do crescimento continuo dos impostos.

Revedo as listas dos outros tributos que cobramos, lista felizmente bem reduzida, em comparação com o que cobram outros Estados, lá encontro ainda um imposto que deve ser eliminado—o de litigio forense.

Considerando que só vae ao fóro quem já é victima de um damno, penso que o dever do Estado é por-se ao lado da victima, facilitando-lhe a acção no que de si depender, mas nunca oppondo-lhe embaraços ou gravames, o que representa um contraste em face daquelle dever, além de falsear o principio da justiça prompta e barata que já preguei num dos capitulos anteriores.

DIREITOS FUNCIONAENS

As prerogativas, direitos ou favores do funcionalismo carecem de ser esclarecidos convenientemente.

Tomando-se por base a opinião dos que entendem que o vinculo existente entre o Estado e o funcionalismo vale por um contracto, chegaremos á conclusão de que a essencia desse contracto ou o seu objecto principal seja, de um lado, o serviço que o funcionario toma a seu cargo e, de outro lado, o vencimento com que o Estado o remunera, passando ao rei das cou-

sas secundarias as ferias, as licenças, as promoções, as aposentadorias, etc.

Ao mesmo tempo que admittem que o vencimento, salvo e da Magistratura, pode ser reduzido, nos casos de necessidade do Estado, —vencimento que é o objecto principal do que chamam contracto,—negam, ou melhor, sustentam que não podem ser alteradas aquellas outras partes contractuaes complementares e de todo secundarias.

Parece que só o principio de «quem pode o mais pode o menos» bastaria para convencer de que não são intangiveis as disposições sobre ferias, licenças, promoções, aposentadorias, etc., inferindo-se d'ahi, um tanto claramente, que essas prerogativas, esses direitos ou esses favores têm que ser regulados pelas leis da occasião em que o direito a elles se verificou e não pelas leis do tempo da nomeação.

Embora convencido de que assim deve ser, fiz consultas a respeito a oito dos principaes advogados do nosso fóro e seis delles se puzeram ao meu lado, parecendo-me que nessas opiniões, por sobre o que a razão mostra, teremos uma boa base para o aclaramento da questão.

APOSENTADORIAS

Os intuitos da disposição legislativa que creou as aposentadorias vão sendo cada vez mais burladas ou desvirtuadas.

Salvo os casos de apolices emittidas sob condições especiaes, de parte a parte, o seguro de vida é sempre uma providencia destinada a diminuir os males da morte, do mesmo modo que a aposentadoria deve ser uma providencia destinada a diminuir os males da invalidez.

Entre nós, entretanto, como em outras partes, o entendimento a respeito das aposentadorias vae sendo bem differente.

Pretendem que ellas não sejam mais um favor que o funcionario solicita, quando attingido pela condição, *de que se trata* a invalidez, e que, ao contrario, seja um direito que o funcionario reclama logo que tenha alcançado o tempo dentro do qual só a invalidez, si verificada, teria de ser amparada.

E, desse modo as aposentadorias se vão concedendo a funcionarios sadios e mais ou menos vigorosos, posto que fujam das seis horas do trabalho calmo das repartições e passem ao trabalho de oito e de dez horas em outros misteres bem mais agitados da vida.

A ponte mais larga por onde tudo passa é, peza-me dizel-o, o lar do das juntas medicas, infelizmente já quasi tão barateado como os attestados com que os mais sãos e os mais robustos instruem um pedido de licença *para tratamento da sua saúde*.

Entendendo que as aposentadorias devam ser uma providencia contra a invalidez, isto é,

o amparo com que o Poder Publico vae ao encontro do desventurado que, de facto, se invalidara, quando as suas energias estavam ao serviço do Estado, não vejo motivo para que um que ficou sem mãos, no vigesimo anno, tenha o amparo de duzentos mil reis, emquanto que um outro, que ficou sem braços, no decimo anno, tenha apenas o amparo de cem mil reis.

Ou a aposentadoria é um amparo para o invalido real, não devendo, neste caso, obedecer á proporcionalidade do tempo, ou é uma valvula de protecção e, neste caso, deveria ser eliminada do numero dos favores que tornam a classe do funcionalismo tão cheia de seducções.

EXPLICAÇÃO NECESSARIA

No desejo de offerecer ao Congresso algum subsidio para as suas decisões, em relação á nossa reforma constitucional, aliás sem o mais leve intuito de um desrespeito ou de uma entrada em seára alheia, officiei aos srs. Dezembargador Manoel dos Santos Neves e drs. Cassiano Cardoso Castello e Ubaldo Ramalhete Maia, no principio deste anno, pedindo-lhes, que, constituídos em commissão, prestassem ao Estado o opportuno serviço da elaboração de tres projectos que a razão me apontou como necessarios : um sobre a reforma da Constituição, outro sobre a reforma da Or-

ganização Judiciaria e outro sobre a reforma das leis processuaes.

Por mais rigorosos e até mesmo exaggerados que possam ser os sentimentos da dignidade e a preocupação da independencia de qualquer dos Srs. Deputados, confio em que nenhum delles tenha margem para lobrigar no meu acto um esquecimento do respeito que devo ao Poder Legislativo ou uma demonstração de tendencias absorventes.

O dr. Ubaldo Ramallete, além de ser um advogado de muita competencia, tem uma grande bagagem de conhecimentos acerca dos assumptos politicos e administrativos do Estado, não podendo por isso, ao que todos reconhecem, deixar de ser considerado 'um elemento dos mais idoneos para a collaboração que solicitei.

O dr. Cassiano Castello, que tanto brilho tem sabido dar á magistratura do Estado, nos seus largos annos de Juiz respeitabilissimo, e que tão vasta competencia e descortinio tem evidenciado no cargo de Secretario do Interior, bem merecendo o titulo de precioso auxiliar do Governo, é tambem um elemento, ninguem o contestará, perfeitamente na altura do trabalho que lhe pedi.

O Dezembargador Santos Neves é um nome que eleva ao nivel mais alto todas as commissões em que se encontrar, e que dignifica todos os trabalhos a que der a honra de seu concurso e de seu saber.

Quando pretenderam, poucos annos atraz que o Congresso Nacional creasse o Codigo das Aguas, pediram do Rio de Janeiro, que cada Estado enviasse um projecto a respeito, como subsidio para o estudo daquella alta Corporação.

Solicitado o Dezebargador Santos Neves, pelo Governo Estadual de então, para fazer o projecto com que deviamos attender ao appelo recebido, tivemos, logo após a remessa do trabalho, a grande satisfação de verificar que o projecto enviado pelo Espirito Santo—isto é. o trabalho do Dezebargador Santos Neves— em confronto com os dos demais Estados, fora classificado em primeiro logar.

Tendo em mente o exemplo da solicitação desse subsidio, como base para o estudo do Congresso Nacional, e comprehendendo ser naturalissima a collaboração de terceiros em casos como aquelle e como o que serve de objecto a esta explicação, não tive duvida em pedir a collaboração a que venho de referir-me, certissimo de que uma commissão, assim composta e presidida pelo Dezebargador Santos Neves, longe de diminuir, ha de enaltecer sempre toda e qualquer corporação a que se destinarem os seus serviços, ainda que em forma de subsidio, como no caso, utilisavel ou não.

No trabalho que essa Commissão está elaborando e que, a seu tempo, vos ha de ser apresentado, estarão lembrados, provavelmente,

muitos outros pontos da reforma, que me não occorreram, mas que certamente não terão escapado ao senso, ao alcance e ao saber dessa Commissão.

As Questões de Limites

Bem ao nosso pezar, temos de confessar que, ao completarmos cem annos de independencia, ainda temos de pé algumas questões de limites entre Municipios, alem das que temos com os Estados de Minas Geraes e Bahia.

Não fossem o aspecto e a intensidade da campanha ou da luta travada no Paiz, em torno da successão presidencial, impedindo, de parte á parte, qualquer movimento em torno do assumpto, por isso que poderia prestar-se a interpretações desvirtuadoras, e talvez pudessemos ter chegado á data de hoje, sem mais estarmos em contenda com aquelles dois Estados visinhos, irmãos e amigos, tal a perspectiva reciproca de boa vontade.

Bem conhecedor, agora, das zonas das duas questões, por haver percorrido uma e outra, esperarei a occasião que se me afigure apropriada, para tratar dellas, face á face, com os respectivos Governos. .

A respeito do Contestado do Norte, que é uma questão mais com os dirigentes do Municipio do Mucury que com o Estado da Bahia, devo dizer que experimentei uma decepção

profunda, ao percorrer e conhecer a zona da contenda, tão pequenina é a sua extensão e tão nullo é o seu valor economico.

Se o illustre Dr. Braz do Amaral a tivesse percorrido e conhecido, como eu, certamente se não teria abalanchado a compôr os hymnos que cantou, em forma de phantasias, ás *riquezas e grandezas* da zona que contestamos, no relatorio de condemnação á sua propria obra, que enviara ao Congresso Legislativo da grande Bahia, que nós todos admiramos e amamos.

Não fôra a nossa situação de Estado de extensão territorial tão pequenina; não fôra, em consequencia disso, a incursão fatal do Governo no julgamento de «pequeno prodigo» que, certamente, nos atiraria todo o nosso povo desconhecedor da zona; não fôra o amor que devemos conservar pelo que as proprias escolas da Bahia, ha poucos annos atraz ainda ensinavam, quanto ás nossas divisas—«ao sul pelo Itabapoana, ao norte pelo Mucury»—; não fôra a nossa gratidão para com a maioria da pequena população que alli habita e que, apezar das circumstancias, mantem intacta a sua dedicação e preferencia pelo Espirito Santo; não fôra a lembrança e a convicção de que a outr'ora Capitania do Espirito Santo deveria sempre começar onde terminassem as cento e cincoenta leguas das tres antigas capitancias que formaram o opulento e grandioso Estado da Bahia; não

fôra, emfim, o amor que tambem devemos conservar pela linha divisoria que a propria natureza traçou, como que a pretender que a serenidade perpetua das aguas do Mucury, entre Santa Clara e o Oceano, servissem de espelho ou de padrão para a affeição e cordialidade, serenas e eternas, dos dois povos e dos dois Governos, entre si, e o nosso movimento deveria ser o da desistencia da questão, abrindo mão daquella nesga de territorio, diminuta e pauperrima, em bem da eliminação da especie de reticencia que a contenda representa no scenario das relações das duas populações que, alem de entrelaçadas, são verdadeiramente irmãs e legitimamente amigas.

Em relação ás questões entre os Municipios, penso que poderíamos preparar ou promover a solução prompta de todas ellas, suggerindo-as á decisão definitiva do Tribunal Especial que ja existe, pela Constituição actual, e que poderia ter a sua acção ampliada e extensiva a esse myster, nos termos em que o estabelecesse a Constituição de amanhã.

Tres unicos deveriam ser os elementos de apoio para as decisões do Tribunal Especial, a respeito dessas questões : em primeiro logar — a vontade e a commodidade da população residente na zona da questão ; em segundo logar—as divisas indicadas pela natureza, sejam cursos ou divisores de aguas ; em terceiro e ultimo logar—a documentação originaria.

A magestosa Assembléa que discutiu e assentou o Tratado de Paz entre as nações belligerantes do Velho Mundo, estendeu a sua acção, justiceira e sociologica, até aos velhos tratados, como era o da Allemanha com a Dinamarca, e fez voltar, á jurisdicção desse pequenino paiz scandinavo, o territorio que, por um tratado antiquissimo, certamente resultante da pressão do grande contra o pequeno, havia sido deslocado para o dominio daquella poderosa nação da Europa central.

E fazendo parte daquella Assembléa, que tão sabiamente desprezou documentações e até velhos tratados, para guiar-se só pelos conselhos da justiça e pelas regras da sociologia, lá estava, representando o Brasil, o mesmo homem que lhe preside hoje os destinos, como sua autoridade suprema.

Si as elevadas decisões, que elle, lá, assistiu e applaudiu, pudessem ter sido invocadas ou tomadas como exemplo, ou como base para as decisões das questões em que ainda se encontram, aqui, diversos Estados e muitos Municipios, de certo que teriamos chegado aos cem annos de Nação emancipada sem a falha, o inconveniente ou o damno das questões de limites, pelo que ellas cream de odios entre municipios irmãos, e pelo que geram de prevenções entre Estados que o laço da nossa Federação encadeiou mas que nem por isso são verdadeiramente unidos ainda.

A Constituinte Brasileira foi duas vezes peccadora : não attentou para o inconveniente da desigualdade territorial dos Estados, e esqueceu-se de uma providencia que os poupasse de choques entre si, por questões territoriaes, em beneficio da liga indissoluvel e cada vez mais estreita em que todos precisam viver, a serviço da felicidade commum.

Que procuremos, agora, nós outros,—os responsaveis temporarios pelos negocios do Estado, — remediar os esquecimentos dos organisadores da nossa vida republicana, por meio de um movimento permanente de desprendimento regional, de brasileirismo sem fronteiras inter-estadoaes e de amor patrio generalizado e fervoroso, tudo em bem do lemma, ainda um tanto illusorio «Pelo Brasil Unido», que uma alma crente desfraldou e que todos nós devemos acariciar, bem dizer e repetir, para que se transforme, bem cedo, na realidade sublime que ha de garantir melhor a integridade nacional.

A Excursão pelo Interior

No interesse e no dever de conhecer, bem de perto, as duas regiões sobre que recaem as nossas questões de limites com os Estados de Minas e Bahia, e tambem pela conveniencia de ajuizar, por mim mesmo, não só das riquezas mas tambem da possibilidade da realisação de uns tantos empreendimentos que

sempre entendi necessários, para despertarem e pôr em marcha a grande região do norte, deliberei a excursão em que tive de consumir cerca de quatro mezes de jornada feliz, pelos sertões do Oeste e do Norte do Estado.

Ao penetrar no amago da zona contestada do Oeste, experimentei um mixto de dor muda e de alegria empolgante e consoladora.

Emquanto que a dor nascia da lembrança triste, amarga e dolorosa dos vexames soffridos e constitutivos, tambem, de uma chaga, um sulco, uma reticencia por apagar,—a alegria, indizivel e suprema, irrompia do meu encontro com aquella gente, cujas physonomias, transbordantes de contentamento, valiam por aberturas de corações, para que eu visse bem, dentro de cada um delles, o throno ou o altar a que recolheram o Espirito Santo de seu amor acrysolado, tal como si fora o povo da Alsacia Lorena, que a grande guerra acaba de redimir, depois de meio seculo de soluços pela França de sua idolatria.

(Que a razão dos homens, precipitando a justiça do tempo. realise tambem já, com pena de ouro, a redempção dos alsacianos das regiões de Laginha. Chalet, Capim, Occidente e São Manoel do Mutum.)

Regressando á Victoria e novamente partindo, fui ter ao palacio da Rainha do norte de Minas, — a bella Theophilo Ottoni — cujo povo tanto me surprehendeu e captivou, e de

onde eu tive a impressão grandiosa do muito que a vastidão do medio e alto Mucury e a immensidade das outras zonas que formam o seu prolongamento, poderiam fornecer, para a implantação de um grande emporio commercial no porto de São Matheus.

Examinadas, depois, as possibilidades da ligação e da preparação daquelle escoadouro, e apreciados, tambem, os thesouros que se encerram nos vales do Itaunas e dos dois grandes braços do São Matheus, comprehendí ser um dever imperioso do Governo tomar as providencias que serviram de objecto á minha estadia no Rio de Janeiro, onde a Representação do Estado, pelo largo circulo de relações que soube conquistar e pelo grande conceito e estima de que se fez merecedora, tornou-se o mais precioso dos elementos que eu poderia pretender, no sentido de encaminhar e garantir a corporificação dos sonhos de grandiosas realisações com que o norte me cnchra o pensamento.

Completando as alegrias dessa excursão bemdicta, experimentei, por fim, a fortuna da maneira por que fui substituido no Governo do Estado.

Em materia de tacto politico, de criterio administrativo, de acção ponderada, de escrupulo julgador e de desejo e empenho de acertar, vêm de toda a parte e de todos os interessados os testemunhos positivos, de como

foi inexcedível o Cel. João de Deus Rodrigues Netto, honrado Vice-Presidente do Estado.

A respeito de seus cuidados, de sua correção, de seu carinho, de suas delicadezas e de suas considerações para com a minha pessoa e para com as normas políticas e regras administrativas da situação dominante, eu sou a testemunha escravizada e confundida, e aqui registro o meu desvanecimento, a minha admiração, a minha estima, o meu respeito, a minha solidariedade absoluta e a minha gratidão inextinguível.

*
* *

E estas explicações, considerações e expansões, eu encerro não só com a renovação do meu respeito ao Poder Legislativo do Estado, não só com as congratulações que devo ao nosso povo e que apresento por intermédio de seus legítimos representantes, mas também e sobretudo com os votos que formulo, bem do íntimo, por que todo o Espírito Santo e todo o Brasil, submissos á verdade da Omnipotencia, concorram com a sinceridade de uma fé sempre crescente, para que continuemos a ter por sobre a nossa vida a benção suprema e o amparo infinito de Deus.

Victoria, 7 de Setembro de 1922.

Nestor Gomes.